

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Irmgard Elena Lepenies	19

HOMENAGENS AO PROFESSOR JORGE LUIS SALOMONI.....	21
--	----

PARTE I INTERVENÇÃO ESTATAL

LA INVERVENCIÓN ESTATAL EN LA ECONOMÍA Y EL DERECHO AL MEDIOAMBIENTE	
--	--

Alfonso Buteler	25
------------------------------	----

1 Introducción.....	25
---------------------	----

2 La intervención estatal en la Constitución Argentina.....	25
---	----

3 Reflexiones sobre desarrollo económico, medioambiente e intervención estatal.....	31
---	----

CORRUPCIÓN Y FUNCIÓN PÚBLICA

Augusto Durán Martínez	35
-------------------------------------	----

O NEOCOLONIALISMO E AS NOVAS TENDÊNCIAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO NA AMERICA LATINA

Celso Antônio Bandeira de Mello	51
--	----

INTENSIDAD DEL CONTROL JUDICIAL DE LOS ACTOS POLÍTICOS: EL NÚCLEO POLÍTICO DISCRECIONAL EXCLUIDO

Domingo Juan Sesin	55
---------------------------------	----

1 Introducción.....	55
---------------------	----

2 Tres derivaciones esenciales de la subordinación de los poderes públicos al orden jurídico.....	56
---	----

3 El acto político dentro del orden jurídico.....	58
---	----

4 El control judicial del acto político.....	59
--	----

5 Equilibrio entre lo que puede y no puede controlar el juez.....	60
---	----

6 Un requisito imprescindible: la acreditación de la legitimación y el agravio concreto.....	61
--	----

7 El llamado acto institucional que directamente no agravia situaciones jurídicas subjetivas.....	65
---	----

8 El acto institucional que puede ser sólo controlado en su aplicación concretizada: la mentada devaluación.....	65
--	----

9 Los avances de la jurisprudencia.....	66
---	----

10 Conclusión.....	70
--------------------	----

AUTONOMÍA E INTERVENCIÓN EN LA VIDA PRIVADA EN LA CONSTITUCIÓN URUGUAYA: ¿DILEMA FALSO O VERDADERO?

Juan Pablo Cajarville Peluffo	73
--	----

I Introducción: agradecimiento y homenaje.....	73
--	----

II	Las “acciones privadas” en la Constitución uruguaya	73
III	Las razones del sometimiento a la autoridad.....	75
IV	Perjuicio a un tercero.....	75
V	Ataque al orden público: interés público.....	75
VI	Coherencia sustancial del sistema constitucional.....	77
VII	Insuficiencia del control jurisdiccional.....	77
VIII	Conclusión.....	78

A REGULAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO E A CONTRATUALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Luciano Elias Reis	81
---------------------------------	----

EFICIÊNCIA E GESTÃO: DO AGIR AO CONTROLE NA ATIVIDADE INTERVENTIVA ECONÔMICA ESTATAL

Marcia Carla Pereira Ribeiro, Cristiane Schwanka	93
1 Introdução	93
2 Estrutura organizacional do Estado e eficiência	94
3 Administração e eficiência	96
4 A opção societária.....	99
5 Do agir ao controle	102
6 Por um novo modelo de gestão	103
7 Primeiros apontamentos conclusivos	106
Referências.....	107

IL DIRITTO COMPARATO DELLE INTEGRAZIONI REGIONALI NEL CONTESTO EUROAMERICANO

Michele Carducci	109
1 “Spazio iberoamericano” e “idealtipo” europeo	109
2 Le diverse identità/modalità di integrazione	112
3 L’applicabilità latinoamericana dell’ “idealtipo” europeo.....	115
4 “Idealtipo” europeo e complessità operativa delle integrazioni	119
5 Logica latinoamericana del “ <i>Pick and Choose</i> ” e capacità europea di “scomposizione” dei problemi di integrazione	121
6 Ma allora copiare è sbagliato? Le tesi di Gordon e Neves.....	122
7 Oppure gli errori sono utili? La tesi di López Medina	124
8 Evitare un nuovo costituzionalismo apparente	125
Referenze bibliografiche	126

A INTERVENÇÃO ESTATAL DIANTE DA CRISE SOCIOAMBIENTAL: EXIGÊNCIA DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS

Nelton Miguel Friedrich, Tatyana Scheila Friedrich	131
---	-----

A SOCIEDADE DE RISCO E OS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Renato Cardoso de Almeida Andrade	137
1 Apresentação.....	137
2 A Administração Pública.....	138
3 A Administração Pública e o Direito Penal.....	139
4 Os crimes contra a Administração Pública, seus sujeitos e objeto jurídico.....	140
5 A sociedade de risco.....	142
6 A sociedade de risco e a resposta penal	143
7 Os crimes corporativos contra a Administração Pública.....	146
8 Conclusão	149

MÉTODO COMPARATIVO E DIREITO ADMINISTRATIVO: BREVES REFLEXÕES
POR OCASIÃO DA CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITO
PÚBLICO COMPARADO

Thiago Marrara	151
1 Introdução: por que falar de comparatística?.....	151
2 Comparatística ou direito estrangeiro? Resgate do método.....	153
3 Etapas e tipos de comparação.....	155
4 A função dos metaconceitos na comparatística jurídica.....	157
5 Conclusão.....	159
Referências.....	159

PARTE II
DIREITOS FUNDAMENTAIS

SERVIÇO PÚBLICO: UM INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DE
DIREITOS FUNDAMENTAIS

Ana Cláudia Finger	163
1 Considerações introdutórias.....	163
2 Constituição e os direitos fundamentais.....	165
2.1 Classificação dos direitos fundamentais.....	167
2.2 A Constituição Federal de 1988 e os direitos fundamentais.....	169
3 A especial problemática dos direitos fundamentais sociais.....	176
3.1 Ilegitimidade democrática e princípio da separação dos poderes – Obstáculos à justicialização dos direitos fundamentais sociais?.....	176
3.2 A legitimação judicial na concretização dos direitos fundamentais.....	179
4 Serviço público – Um direito fundamental.....	181
4.1 Estado Social, neoliberalismo e direitos fundamentais.....	181
4.2 O direito fundamental ao serviço público.....	183
5 Conclusões.....	187

DESAFIOS DO DIREITO PÚBLICO EM RELAÇÃO À SAÚDE E À EDUCAÇÃO

Carlos Ari Sundfeld, Liandro Domingos	189
1 Introdução.....	189
2 Desafios da estruturação das organizações de saúde e educação.....	190
3 Desafios para garantir direitos individuais em saúde e educação.....	198

MÍNIMO EXISTENCIAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS ECONÔMICOS E
SOCIAIS: DISTINÇÕES E PONTOS DE CONTATO À LUZ DA DOCTRINA
E JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRAS

Daniel Wunder Hachem	205
1 Considerações iniciais: o mínimo existencial e a jusfundamentalidade dos direitos econômicos e sociais.....	205
2 Origens, conceito e fundamentos jurídicos do mínimo existencial.....	208
3 Conteúdo do mínimo existencial, relação com direitos fundamentais econômicos e sociais e utilização como critério de justiciabilidade.....	213
4 O mínimo existencial e as manifestações da jurisprudência brasileira.....	231
Referências.....	237

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SEUS FUNDAMENTOS DE GESTÃO: EFICIÊNCIA,
INTERESSE PÚBLICO, DIREITOS FUNDAMENTAIS E DESENVOLVIMENTO

Emerson Gabardo, Eneida Desiree Salgado	241
1 A eficiência como critério de decisão.....	241

2	A proposta gerencial da década de 1990: aquém de princípios e deveres.....	242
3	A eficiência como princípio jurídico.....	244
4	A questão da escolha pública: entre interesse público e direitos fundamentais.....	245
5	Razões públicas e desenvolvimento com sustentabilidade.....	247
	Referências.....	250

CORRUPCIÓN ADMINISTRATIVA, DEMOCRACIA Y DERECHOS HUMANOS

José Luis Said	253	
1	Introducción: <i>excursus</i> sobre la interpretación económica del Derecho.....	253
2	Aproximación conceptual a la corrupción.....	255
3	Corrupción y Democracia.....	256
4	Corrupción y Derechos Humanos.....	258
5	Insuficiencia de la IED para considerar la corrupción.....	260

EL PROCEDIMIENTO ADMINISTRATIVO MULTIDIMENSIONAL COMO TÉCNICA REGULATORIA EN MATERIA AMBIENTAL, DE PATRIMONIO CULTURAL Y DE PUEBLOS ORIGINARIOS

Justo José Reyna	263	
1	Marco teórico: el Derecho Administrativo Multidimensional.....	263
2	El procedimiento administrativo multidimensional.....	265
2.1	Noción básica: el procedimiento administrativo multidimensional es una técnica administrativa del derecho administrativo multidimensional.....	265
2.2	El concepto del procedimiento administrativo multidimensional.....	265
2.2.1	El procedimiento administrativo multidimensional como técnica de articulación del imperativo jurídico de actuación conjunta para la tutela de derechos fundamentales en los casos concretos.....	266
2.2.2	El procedimiento administrativo multidimensional como técnica regulatoria de una relación jurídica intersistémica.....	268
2.2.3	El procedimiento administrativo multidimensional como selección de los componentes claves del orden jurídico, destinados a la regulación intersistémica: los ejes para el armado de la red interadministrativa.....	268
2.2.4	El procedimiento administrativo multidimensional como técnica administrativa que cierra del sistema jurídico “ad hoc” para la determinación y tutela del derecho fundamental.....	277
3	Los portales dimensionales del medio ambiente, el patrimonio cultural y los pueblos originarios.....	279
3.1	Medio ambiente.....	279
3.1.1	La sentencia de la causa Mendoza.....	280
3.1.2	El espacio multidimensional y la administración sincronizada de la causa Mendoza.....	281
3.2	Patrimonio cultural.....	282
3.2.1	Los inmuebles de valor cultural: la “Estación Belgrano” y el “Correo Central”.....	283
3.2.2	El espacio multidimensional de la Estación Belgrano y del Correo Central.....	285
3.3	Pueblos originarios.....	287
3.3.1	El caso Como Caia.....	287
3.3.2	La relación horizontal entre el Estado Nacional, las provincias y los órdenes locales con los pueblos originarios.....	288
3.3.3	El espacio multidimensional.....	289
4	Conclusión.....	290

CIUDADANÍA SOCIAL

Pablo Angel Gutiérrez Colantuono	291	
1	Palabras dedicadas al Profesor Jorge Luis Salomoni.....	291
2	Ciudadanía social.....	291

3	El rol del ciudadano	292
4	El control de las políticas públicas en materia económica, social y cultural	294
5	Reflexiones finales	295

GOVERNABILIDADE E DIREITOS FUNDAMENTAIS

Rafael Valim	297
I Introdução	297
II Governabilidade: uma mirada histórica	297
III Por uma nova governabilidade	300
Referências.....	301

DIREITO À INFORMAÇÃO E A APLICAÇÃO DA LEI Nº 12.527/11 ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Romeu Felipe Bacellar Filho, Adriana da Costa Ricardo Schier	303
1 Considerações iniciais.....	303
2 O regime jurídico das Organizações Sociais.....	304
3 O regime da Lei nº 12.527/11 e a sua aplicação às Organizações Sociais	309
4 O Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e sua aplicação às Organizações Sociais.....	314
5 Considerações finais.....	317

O REGIME JURÍDICO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL

Tarso Cabral Violin	319
1 Dos partidos políticos	319
2 História dos partidos políticos	322
3 O regime jurídico dos partidos políticos.....	324
3.1 Os partidos políticos na Constituição de 1988	326
3.2 Outros mandamentos constitucionais sobre os partidos políticos.....	327
4 O Código Eleitoral e a Lei dos Partidos Políticos.....	328
5 Da natureza jurídica dos partidos políticos.....	331
6 Da obtenção do apoio.....	333
7 Resolução nº 23.282 do TSE, que disciplina a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos	334
8 Das conclusões	334
Referências.....	336

PRINCÍPIOS INFORMADORES DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Weida Zancaner	339
-----------------------------	-----

PARTE III SUSTENTABILIDADE

LICITAÇÕES NOS ESTADOS DO MERCOSUL: É POSSÍVEL SER ISONÔMICO E SUSTENTÁVEL AO MESMO TEMPO?

Clóvis Beznos	345
----------------------------	-----

PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NO MERCOSUL E NO BRASIL, PELA VIA DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Daniel Ferreira	349
Considerações prévias	349
Introdução	349

Compreendendo o desenvolvimento como necessariamente sustentável.....	350
O porquê do desenvolvimento, para quê e para quem	352
Uso do <i>poder de compra estatal</i> no Mercosul rumo ao desenvolvimento sustentável	356
O uso do <i>poder de compra estatal</i> no Brasil rumo ao desenvolvimento sustentável, nacional e regional.....	357
Considerações finais.....	358
Referências.....	359

LICITAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

Edgar Guimarães, Caroline da Rocha Franco	361
1 Introdução	361
2 Finalidades do processo licitatório	361
3 Desenvolvimento sustentável: um conceito controverso	364
4 Licitações e políticas públicas	366
5 Decreto nº 7.746/2012	367
6 Decreto nº 7.546/2011	369
7 Considerações finais.....	371
Referências.....	371

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS: CONCEITO E DESAFIOS

Juarez Freitas	373
1 Introdução	373
2 Sustentabilidade e licitações públicas	374
2.1 Princípio constitucional da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável é norma de aplicabilidade direta e obrigatória nas licitações e contratações públicas brasileiras.....	374
2.2 Nas licitações e contratações, o Estado-Administração tem de ser suficiente e eficaz na proteção ativa dos direitos fundamentais das gerações presentes e futuras	377
2.3 Licitações e contratações: a proposta mais vantajosa é aquela que se encontra alinhada com políticas públicas sustentáveis	380
2.4 Só as lentes da sustentabilidade permitem enxergar os novos critérios a serem observados, nas respectivas etapas do certame licitatório	381
3 Conclusões.....	384

ASPECTOS DA MOBILIDADE URBANA: UMA ANÁLISE SOBRE AS DEFINIÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL E O DIREITO À CIDADE

Ligia Maria Silva Melo de Casimiro	387
1 Introdução	387
2 O direito à cidade no sistema jurídico brasileiro	388
3 A importância da Lei nº 12.587/2012 para a realização do direito à cidade.....	389
Referências.....	394

REGULAÇÃO FINANCEIRA E SUSTENTABILIDADE

Luciane Moessa de Souza	395
1 Introdução	395
2 Objetivos da regulação financeira no que concerne à sustentabilidade	396
3 Normas e padrões voluntários já existentes no âmbito internacional.....	397
4 Padrões voluntários (autorregulação) no âmbito interno	399
5 Normas já existentes no plano interno.....	400
6 A questão da responsabilidade civil e criminal das instituições financeiras	403

7	A observância de normas e padrões voluntários na prática das instituições financeiras.....	405
8	As minutas de normas do Banco Central do Brasil submetidas a processo de consulta pública.....	407
9	Propostas de critérios a serem incluídos na norma reguladora brasileira	409
9.1	Respeito à legislação ambiental e urbanística	409
9.2	Respeito à legislação trabalhista e previdenciária	410
9.3	Respeito ao consumidor e à legislação concorrencial	410
9.4	Respeito a populações tradicionais.....	410
9.5	Respeito a normas regulatórias específicas	411
9.6	Respeito à legislação tributária e existência de passivos junto a entes públicos.....	411
9.7	Esfera criminal	411
9.8	Critérios positivos.....	411
10	Conclusões.....	412
	Referências.....	412

ENERGIA ELÉTRICA: PRODUÇÃO, CONSUMO E SUSTENTABILIDADE

Luiz Alberto Blanchet	415	
1	Introdução	415
2	Energia e Direito da Energia.....	415
3	Energia, princípio do empreendedorismo, consumo e sustentabilidade.....	416
4	Energia e desenvolvimento.....	418
5	Empreendimentos energéticos e sustentabilidade	419
6	Financiamento, investimento e sustentabilidade.....	421
7	Geração de energia e o mito das hidrelétricas como produtoras de energia limpa	422
	Referências.....	423

RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR DANO AMBIENTAL

Regina Maria Macedo Nery Ferrari	425	
1	Introdução	425
2	Dano ao meio ambiente.....	426
3	Responsabilidade por dano ambiental.....	428
4	Responsabilidade do Estado por dano ambiental	430

LA EFICIENCIA ECONÓMICA DE LAS ASOCIACIONES PÚBLICO-PRIVADAS Y DEL FINANCIAMIENTO DE PROYECTOS (*PROJECT FINANCE*) COMO MECANISMO PARA EL DESARROLLO DE INFRAESTRUCTURA ESTATAL

Rodrigo Pironti Aguirre de Castro	439	
1	Introducción.....	439
2	Los contratos de asociación público-privada y el desarrollo de la infraestructura estatal	440
2.1	Las APP's como especie de los contratos relacionales.....	441
2.2	Las APP's y el financiamiento de proyectos (<i>project finance</i>)	443
3	La eficiencia económica de las asociaciones público-privadas como mecanismo para el desarrollo de infraestructura estatal.....	446
	Referencias bibliográficas.....	449

MOBILIDADE URBANA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Rogério Gesta Leal	451	
1	Notas introdutórias	451

2	A natureza condicionada da política nacional de mobilidade urbana em face do Estatuto da Cidade no Brasil.....	451
3	A participação social no âmbito da mobilidade urbana no Brasil.....	455
	Referências.....	460

PARTE IV
ARTIGOS VENCEDORES DO PRÊMIO
JORGE LUIS SALOMONI

CONTROLE JUDICIAL DO DIREITO À SAÚDE E A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE DEMOCRACIA DELIBERATIVA COMO PRINCÍPIO INTERPRETATIVO

Saulo Lindorfer Pivetta	465
1 Introdução	465
2 O direito fundamental à saúde e o contemporâneo entendimento do Supremo Tribunal Federal.....	466
2.1 O regime jurídico-constitucional do direito à saúde.....	466
2.2 O entendimento do STF em relação ao direito à saúde	468
2.2.1 Delineamento do direito à saúde	469
2.2.2 Critérios de concessão da tutela judicial	471
3 A identificação do paradigma de controle judicial.....	472
3.1 Três paradigmas de controle judicial	473
3.2 Os paradigmas de controle judicial e o entendimento do STF	475
4 O direito à saúde e a busca por um princípio de interpretação da Constituição.....	478
4.1 A necessidade de definição de um princípio interpretativo	478
4.2 Construindo um critério de delimitação do direito à saúde	481
4.2.1 Fixação de um princípio interpretativo: a democracia deliberativa	481
4.2.2 A concessão da tutela judicial a partir do princípio da democracia deliberativa.....	484
5 Conclusão	487
Referências.....	487

GLOBALIZACIÓN JURÍDICA: LA AUTONOMÍA ESTATAL EN EL MARCO DE LA ECONOMÍA DE MERCADO. REFERENCIA ESPECÍFICA A LA REGULACIÓN DE LAS COMPRAS PÚBLICAS

Susana Galera Rodrigo	489
1 Derecho Global: la función de las organizaciones internacionales y las áreas de integración en la armonización jurídica	489
2 El caso de la contratación pública	490
2.1 Armonizaciones en ámbitos multilaterales	491
2.1.1 Uncitral.....	491
2.1.2 OMC: el Acuerdo de Compras Públicas ACP	492
2.2 Armonizaciones en organizaciones de integración regional	494
2.2.1 La Unión Europea	494
2.2.2 El Mercosur	496
3 El Brasil	497
3.1 El Brasil en el contexto global.....	497
3.2 Brasil en el contexto de la contratación pública	498
4 Conclusión.....	500
Referencias bibliograficas.....	501

PARTE V
RESUMOS EXPANDIDOS DAS COMUNICAÇÕES
CIENTÍFICAS APRESENTADAS

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO POR OMISSÃO André Luiz Arnt Ramos	505
RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS NOS CRIMES AMBIENTAIS Annyellen Desirre Cabral Menon	509
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O TERCEIRO SETOR: ANÁLISE A PARTIR DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE SAÚDE DE SÃO PAULO Caroline da Rocha Franco, Saulo Lindorfer Pivetta	513
O COMBATE À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS SUPRACONSTITUCIONAIS Cíntia Veiga de Oliveira Santos, Talita Ferreira Alves Machado	517
O PAPEL DO DIREITO INTERNACIONAL AMBIENTAL NA GARANTIA DE UM MEIO AMBIENTE SADIO E EQUILIBRADO Diogo Andreola Serraglio	521
POLÍTICA PÚBLICA DE REDUÇÃO DE DANOS NO TRATAMENTO DE USUÁRIO DE DROGAS: A CONCILIAÇÃO ENTRE A INTERVENÇÃO ESTATAL E A AUTONOMIA DO INDIVÍDUO Fábio de Oliveira Machado	525
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, REGULAÇÃO E CONTROLE JUDICIAL DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO Felipe Tadeu Ribeiro Morettini	529
ENERGIAS RENOVÁVEIS NO BRASIL E NA ITÁLIA: DIREITO PÚBLICO COMPARADO ENTRE SUSTENTABILIDADE E NECESSIDADE Guilherme Amintas Pazinato da Silva	533
O PODER DE INGERÊNCIA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL EM PAÍSES NÃO SIGNATÁRIOS DO ESTATUTO DE ROMA EM VIRTUDE DA PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS Gustavo Bussmann Ferreira	537
AS IMPLICAÇÕES DA EXPROPRIAÇÃO DA PETROLÍFERA YPF NA ARGENTINA Tatyana Scheila Friedrich, Rosicler Santos	541
POR UM NOVO GESTO DE LEITURA DA RELAÇÃO ENTRE OS PODERES CONSTITUÍDOS Ulisses da Silva Gomes	545
SOBRE OS COORDENADORES	549
SOBRE OS AUTORES DE ARTIGOS	551
SOBRE OS AUTORES DE RESUMOS EXPANDIDOS	557